

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.594.434 - SC
(2016/0094243-9)**

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
AGRAVANTE : NEUSA ANTUNES MONTENEGRO
ADVOGADO : RAFAEL PELICIOELLI NUNES E OUTRO(S) - SC025966
AGRAVADO : UNIÃO
PROCURADOR : ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
AGRAVADO : ORLANDO KUJAWSKI
ADVOGADO : FABIANO AUGUSTO GOES NICOLADELI - SC013264

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EXAME DA CONTROVÉRSIA INEXISTENTE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A decisão agravada assentou "que o acórdão embargado concluiu pela impossibilidade de se analisar o mérito do recurso especial em razão da incidência das Súmulas n.º 126 e 7/STJ. Tal situação impede, por si só, o conhecimento desta via de impugnação, pois não se admite a interposição de embargos de divergência na hipótese de não ter sido analisado o mérito do recurso especial, a teor da Súmula n. 315 desta Corte Superior".

2. Com efeito, o acórdão que apreciou o Agravo Interno no Recurso Especial mencionou os fundamentos adotados na origem apenas para concluir pela aplicação das Súmulas 7 e 126 do STJ. Não houve, pois, exame da controvérsia e juízo de valor realizado por parte da Primeira Turma do STJ.

3. Agravo Interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça: "A Corte Especial, por unanimidade, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Og Fernandes, Luis Felipe Salomão, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Felix Fischer, Francisco Falcão, Nancy Andrichi, Laurita Vaz e Maria Thereza de Assis Moura votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Humberto Martins e Napoleão Nunes Maia Filho."

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 05 de junho de 2019(data do julgamento)..

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

